



APRESENTAÇÃO

Dossiê: Justiça reprodutiva: desigualdades, discriminações e violências

Dossier: Justicia reproductiva: desigualdades, discriminaciones y violencias

Special Issue: Reproductive Justice: Inequalities, discrimination, and violence

Fabiane Simioni¹

orcid.org/0000-0003-4240-1753
fabesimioni@gmail.com

Paula Pinhal de Carlos²

orcid.org/0000-0002-7118-4244
paulapinhal@hotmail.com

Virginie Rozée³

orcid.org/0000-0003-0288-982X
virginie.rozee@ined.fr

Recebido em: 25 set. 2025

Aprovado em: 27 set. 2025

Publicado em: 12 dez. 2025.

Resumo: O presente dossiê, reúne um conjunto de trabalhos que examinam criticamente a justiça reprodutiva como chave analítica para compreender as múltiplas formas de desigualdade, discriminação e violência que atravessam os direitos sexuais e reprodutivos no Sul Global. A proposta nasceu do diálogo entre as trajetórias acadêmicas e ativistas das organizadoras no campo dos estudos feministas e de gênero e busca contribuir para o debate interdisciplinar que articula direito, sociologia, ciência política, antropologia e saúde pública. O conjunto de artigos aqui reunido evidencia que a justiça reprodutiva não é apenas um conceito descritivo, mas uma ferramenta analítica para desvelar as interdependências entre desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência, bem como para problematizar o funcionamento das instituições jurídicas, políticas e de saúde. Ao dialogar com experiências do Sul Global e com debates transnacionais, o dossiê reforça a urgência de repensar direitos reprodutivos para além da ótica liberal e individualista, incorporando as dimensões coletivas, estruturais e históricas que condicionam as possibilidades de escolha e de cuidado.

Palavras-chave: Justiça reprodutiva. Desigualdades. Discriminações. Violências.

Resumen: El presente dossier, reúne un conjunto de trabajos que examinan criticamente la justicia reproductiva como clave analítica para comprender las múltiples formas de desigualdad, discriminación y violencia que atraviesan los derechos sexuales y reproductivos en el Sur Global. La propuesta nació del diálogo entre las trayectorias académicas y activistas de las organizadoras en el campo de los estudios feministas y de género, y busca contribuir al debate interdisciplinario que articula derecho, sociología, ciencia política, antropología y salud pública. El conjunto de artículos aquí reunido evidencia que la justicia reproductiva no es solo un concepto descriptivo, sino una herramienta analítica para desvelar las interdependencias entre desigualdades de género, raza, clase, sexualidad y discapacidad, así como para problematizar el funcionamiento de las instituciones jurídicas, políticas y de salud. Al dialogar con experiencias del Sur Global y con debates transnacionales, el dossier refuerza la urgencia de repensar los derechos reproductivos más allá de la óptica liberal e individualista, incorporando las dimensiones colectivas, estructurales e históricas que condicionan las posibilidades de elección y de cuidado.

Palabras clave: Justicia reproductiva. Desigualdades. Discriminaciones. Violencias.

Abstract: This special issue, brings together a set of works that critically examine reproductive justice as an analytical key to understanding the multiple forms of inequality, discrimination, and violence that permeate sexual and reproductive rights in the Global South. The proposal emerged from the dialogue between the academic and activist trajectories of the guest editors in the field of feminist and gender studies, and seeks to contribute to the interdisciplinary debate that connects law, sociology, political science, anthropology, and public health. The collection of articles gathered here demonstrates that reproductive justice is not



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Universidade Federal de Rio Grande (Furg), Rio Grande, RS, Brasil.

² Universidade La Salle (Unilasalle), Canoas, RS, Brasil.

³ Institut National d'Études Démographiques (Ined), Paris, França.

merely a descriptive concept, but an analytical tool for unveiling the interdependencies between inequalities of gender, race, class, sexuality, and disability, as well as for questioning the functioning of legal, political, and health institutions. By engaging with experiences from the Global South and with transnational debates, the issue reinforces the urgency of rethinking reproductive rights beyond a liberal and individualist perspective, incorporating the collective, structural, and historical dimensions that shape the possibilities of choice and care.

Keywords: Reproductive justice. Inequalities. Discrimination. Violence.

O presente dossiê, reúne um conjunto de trabalhos que examinam criticamente a justiça reprodutiva como chave analítica para compreender as múltiplas formas de desigualdade, discriminação e violência que atravessam os direitos sexuais e reprodutivos no Sul Global. A proposta nasceu do diálogo entre as trajetórias acadêmicas e ativistas das organizadoras no campo dos estudos feministas e de gênero e busca contribuir para o debate interdisciplinar que articula direito, sociologia, ciência política, antropologia e saúde pública.

Justiça reprodutiva: marcos conceituais e relevância contemporânea

O conceito de justiça reprodutiva foi formulado nos anos 1990 por intelectuais e ativistas de movimentos feministas negros, com destaque para Loretta June Ross (2006) e Ross e Solinger (2017). Mais do que a soma dos direitos sexuais e reprodutivos, a noção remete ao direito de todas as pessoas — em especial mulheres, pessoas racializadas, minorias sexuais e de gênero, pessoas de baixa renda e/ou com deficiência — de decidir se querem ou não ter filhos, bem como de criá-los em condições de dignidade e segurança. Essa perspectiva exige ampliar o enfoque dos direitos reprodutivos para além da esfera individual, reconhecendo as dimensões estruturais — econômicas, sociais, políticas e culturais — que moldam as possibilidades de escolha.

Como ressaltam Simioni, Carlos e Silva (2023), a justiça reprodutiva permite tornar visíveis as múltiplas formas de violência material, simbólica e institucional que incidem sobre quem engravida, sobre quem exerce a maternidade ou realiza

abortos e sobre os diversos arranjos de parentalidade e cuidado. Tal abordagem revela que os sistemas normativos e de proteção dos direitos humanos não estão imunes ao racismo estrutural, ao classismo e ao capacitismo, elementos que historicamente têm servido à preservação de ideais de "pureza" nacional e familiar (Curiel 2013). De acordo com autoras como Anzaldúa (1987) e Mohanty (2020), família e maternidade são pilares de projetos nacionalistas que naturalizam hierarquias de raça, gênero e sexualidade, reforçando exclusões de grupos cujas experiências reprodutivas não se enquadram no modelo hegemônico de parentalidade.

O dossiê, ao privilegiar o olhar do Sul Global, articula esses marcos conceituais a contextos latino-americanos e internacionais e às perspectivas decolonial e interseccional, examinando práticas sociais e institucionais que, ao mesmo tempo em que produzem desigualdades, abrem espaço para resistências e para a formulação de novos paradigmas de justiça.

Apresentação dos artigos

Abriendo o dossiê, Luisa Bertrami Dangelo e Jimena de Garay Hernández, em *Um leite invisível: desafios de fazer-se lactante nas/malhas da justiça criminal*, investigam decisões de juízas na Central de Audiência de Custódia de Benfica/RJ sobre prisão preventiva de mulheres lactantes acusadas de tráfico de drogas. A partir de uma cartografia de documentos judiciais, evidenciam como a maternidade é muitas vezes acionada como agravante, enquanto a lactância permanece invisível, revelando moralidades coloniais marcadas por gênero, raça e classe que produzem violências e impactam profundamente a experiência reprodutiva e familiar.

Na sequência, Naara Lúcia de Albuquerque Luna, em *Controvérsia sobre o aborto: justiça reprodutiva e disputas políticas no Brasil dos governos Bolsonaro a Lula*, analisa o debate público em torno do aborto no Brasil entre 2019 e o início do terceiro mandato de Lula. Utilizando a noção de controvérsia como instrumento heurístico, a autora mapeia agenciamentos de atrizes e atores

estatais e da sociedade civil, mostrando como a justiça reprodutiva permanece em disputa na arena política brasileira.

Letícia Carolina Boffi e Manoel Antônio dos Santos, em *Direitos reprodutivos e justiça (não) reprodutiva: aborto e planejamento familiar na narrativa de um homem trans*, trazem um estudo de caso que problematiza as experiências de um homem trans que vivenciou tanto um aborto quanto uma gestação. A análise, fundamentada no transfeminismo das transmasculinidades, evidencia como políticas de planejamento familiar e normas sobre o aborto reproduzem a cisnormatividade e excluem a população transmasculina do pleno exercício de seus direitos reprodutivos.

Em *Inseminação caseira e maternidade lésbica: algumas questões sobre direitos reprodutivos*, Roberta Gomes Nunes e Anna Paula Uziel discutem a prática crescente da inseminação caseira entre casais de mulheres cisgênero. A partir de entrevistas com diferentes atrizes e atores envolvidos, as autoras examinam os dilemas jurídicos e os debates sobre anonimato, destacando tensões entre autonomia reprodutiva e lacunas de reconhecimento legal.

Ampliando o olhar para o contexto europeu, Léa Lomba, em *Reproductive justice and inequalities: the cross-border journeys of Italian lesbian-parented families*, analisa etnograficamente as estratégias de casais de mães lésbicas italianas que, diante da proibição de técnicas de reprodução assistida em seu país, realizam jornadas reprodutivas transfronteiriças. O estudo revela como essas famílias desafiam normas heteronormativas e biogenéticas de parentesco, contribuindo para a transformação gradual dos padrões jurídicos e culturais de filiação no contexto italiano.

No artigo *Justiça reprodutiva e esterilização de mulher com deficiência no Brasil*, Joice Graciele Nielsson e Ana Luísa Dessooy Weiler investigam a persistência da esterilização não voluntária de mulheres com deficiência mental, mesmo após avanços normativos, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A partir de análise bibliográfica e documental, as autoras defendem

a justiça reprodutiva como paradigma indispensável para a superação de práticas capacitistas e a garantia de autonomia reprodutiva de mulheres com deficiência em nosso país.

Júlia Silva Gonçalves e Fabiane Simioni, em *Justiça reprodutiva no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: desafios regionais para o enfrentamento da violência obstétrica*, examinam a jurisprudência do Sistema Interamericano à luz da justiça reprodutiva. O artigo identifica avanços e resistências na proteção dos direitos reprodutivos, ressaltando a necessidade de superar a concepção liberal dos direitos humanos e enfrentar as desigualdades estruturais que alimentam a violência obstétrica.

Por fim, Ana Paula de Oliveira Sciammarella, Andrea Catalina León Amaya e Karen de Sales Colen, em *Justiça reprodutiva e interseccionalidade: uma análise dos memoriais de amici curiae de Criola e Redes da Maré no Supremo Tribunal Federal*, analisam a atuação de organizações da sociedade civil em ações de controle de constitucionalidade sobre aborto no Supremo Tribunal Federal. A partir da leitura interseccional dos memoriais apresentados, demonstram a importância de integrar raça, gênero e território no debate jurídico, apontando para a necessidade de políticas de saúde que superem o estado de coisas inconstitucional do sistema público.

Considerações finais

O conjunto de artigos aqui reunido evidencia que a justiça reprodutiva não é apenas um conceito descritivo, mas uma ferramenta analítica para desvelar as interdependências entre desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência, bem como para problematizar o funcionamento das instituições jurídicas, políticas e de saúde. Ao dialogar com experiências do Sul Global e com debates transnacionais, o dossiê reforça a urgência de repensar os direitos reprodutivos para além da ótica liberal e individualista, incorporando as dimensões coletivas, estruturais e históricas que condicionam as possibilidades de escolha e de cuidado.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas

estimulem novas pesquisas, práticas institucionais e formulações normativas comprometidas com a efetivação dos direitos reprodutivos em uma perspectiva de justiça. E que este dossiê sirva como convite ao aprofundamento crítico e interdisciplinar de um campo de estudos que permanece central para a compreensão das desigualdades contemporâneas.

Referências

Anzaldúa, Gloria. 1987. *Borderlands. La frontera: the new mestiza*. Aunt Lute Books.

Curiel, Ochy. 2013. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Brecha Lésbica.

Mohanty, Chandra Talpade. 2020. *Sob olhos ocidentais*. Zazie Edições.

Ross, Loretta June. 2006. Understanding reproductive justice: transforming the pro-choice movement. *Off our Backs* 36(4):14-19. <https://doi.org/10.2307/20838711>

Ross, Loretta June e Rickie Solinger. 2017. *Reproductive justice: an introduction*. University of California Press.

Simioni, Fabiane, Paula Pinhal de Carlos e Vanessa Ramos da Silva. 2023. Qual o bem maior a ser protegido, o sofrimento temporal da gestante ou a vida do nascituro? Aborto em razão de malformação fetal grave. In *Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas: a experiência brasileira*, organizado por Fabiana Cristina Severi. São Paulo: FDRP-USP.

Fabiane Simioni

Professora da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), Rio Grande, Brasil. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufgrs) e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), RS, Brasil.

Paula Pinhal de Carlos

Professora da Universidade La Salle (Unilasalle), Canoas, RS, Brasil. Doutora em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Florianópolis, SC, Brasil e mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

Virginie Rozée

Pesquisadora do Institut National d'Études Démographiques (INED), Paris, França. Doutora em Direito Público pela Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3, Paris, França. Mestre em Educação pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, França.

Endereço para correspondência

Paula Pinhal de Carlos

Universidade La Salle – Canoas

Curso de Direito

Av. Victor Barreto, 2288

Centro, 92010000

Canoas, RS, Brasil

Disponibilidade de dados

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há.

Publicação em Pré-print

Não se aplica.

Como citar este artigo

Simioni, F., Carlos, P. P. de, & Rozée, V. Dossiê: Justiça reprodutiva: desigualdades, discriminações e violências. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.448898>.

Editoras da revista

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Teresa Cristina Schneider Marques